

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE IDENTIFICAÇÃO SÍTIO	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO	ÁREA DE INFLUÊNCIA POMERANA	
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Vila Pavão, Domingos Martins, Pancas, Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Vila Valério, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, Colatina, Marechal Floriano, São Roque do Canaã, Governador Lindenberg	
ESTADO	Espírito Santo	
MUNICÍPIO	Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Vila Pavão, Domingos Martins, Pancas, Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Vila Valério, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, Colatina, Marechal Floriano, São Roque do Canaã, Governador Lindenberg	
DISTRITO OU SUBDISTRITO	Município de Afonso Claudio, povoados: Serra Pelada e Mata Fria. Município de Laranja da Terra povoados: Vila de Laranja da Terra, Crescuma, Picadão e distrito sede. Município de Itarana, povoados: Alto Jatibocas, Jatibocas e Barra do Jatibocas. Município Itaguaçu, povoado: Palmeiras. Município de São Roque do Canaã, povoado: Tancredinho, município de Santa Teresa, povoados: Alto Caldeirão, Serra dos Pregos, Rio Perdido, Vinte e Cinco de Julho. Município de Santa Maria de Jetibá, povoados: Jequitibá, Alto Jetibá, Rio Claro, Caramuru 1, Caramuru 2, São Sebastião de Belém, Rio da Pedra, Rio Bonito e distrito sede.. Município de Domingos Martins, povoados: Melgaço, Melgacinho, Paraju, Rio Ponte, Tijuco Preto. Município de Pancas, povoado: Laginha e distrito sede. Município de São Gabriel da Palha, povoado: Córrego Bley. Município de Vila Pavão, povoados: Praça Rica. Córrego Grande, Córrego da Peneira, Córrego da Lajinha, Rio XV, Córrego do Mutum, Córrego do Sossego, Córrego São Sebastião, Córrego do Estevão e distrito sede. Município de Governador Lindenberg, distrito sede.	
LOCALIDADES INVENTARIADAS	NO SÍTIO	Não há fichas de localidade porque a área de influência pomerana é muito coesa e não identificamos localidades específicas.
	NO ENTORNO	Não há localidades fora da área do sítio.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS**.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--



Brotos em Santa Maria de Jetibá. Foto: Liliane Corrêa



Crianças pomeranas na escola em Laranja da Terra. Foto: Liliane Corrêa



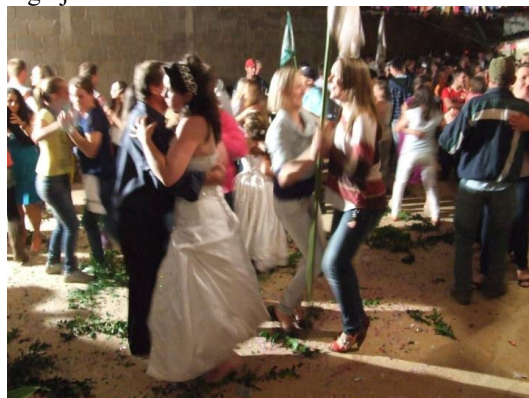
Mulheres pomeranas fazendo os bolos de casamento em Laranja da Terra. Foto: Liliane Corrêa



Cemitério pomerano em Santa Maria de Jetibá. Foto: Liliane Corrêa



Igreja Luterana em Afonso Cláudio. Foto: Liliane Corrêa



Casamento pomerano em Itarana. Foto: Tatiana Bicalho



Casa Pomerana em Itarana. Foto: Liliane Corrêa



Bordado pomerano em Domingos Martins. Foto: Liliane Corrêa

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**.

SÍNTESE
Foram escolhidos, a partir das atividades de campo e da sugestão dos pomeranos na reunião, os bens inventariados na ficha de Bens Culturais Inventariados que seguem abaixo. As celebrações são o batismo, o casamento pomerano, a confirmação, o dia dos mortos, o natal, a páscoa, o pentecostes e os rituais fúnebres, contemplando todos os ritos de passagem pomeranos e seus principais rituais religiosos. A casa pomerana foi apontada como uma edificação. Entre as formas de expressão estão a água de páscoa, o artesanato rural, as canções infantis, o cartão de padrinho, cartas do céu, cartas protetoras, convite de casamento, coroa de advento, coroa de pentecostes, dança da grinalda, dança dos noivos, dança da vassoura, decoração das casas, festival de concertina, grupos de dança, grupo de metais, língua pomerana, pão com banha e açúcar, quebra louças e rito da criança de um ano. Entre os lugares são Igrejas Luteranas e Cemitério. Os ofícios ou modos de fazer são arroz doce, a batata ensopada, a benzedeira, biscoito de maisena, bolo ladrão, bordado, brote, caixa de cobras, concertinista, doce de mandioca, gengibirra, linguiça, ofício de fabricação de forno de barro, ofício de fabricação de placas tumulares, ovo de páscoa, pão de chocolate, puxador, sopa de macarrão, sopa de pêssego, toucinho / torresmo. Essas referências culturais descrevem parte da cultura pomerana, isto porque os bens levantados não são suficientes para atingir a complexidade cultural do povo pomeranos. Inventariamos manifestações e práticas culturais que remetem aos ritos de passagem dos pomeranos, seus alimentos cotidianos e aqueles preparados para os festejos, seus costumes e ofícios. Observamos que a casa pomerana tem características muito peculiares, apesar de sua arquitetura vernacular ser muito similar às tradições de arquitetura em barro portuguesas. Entre os lugares, observamos as igrejas luteranas e os cemitérios como locais de referência e sacralizados pela cultura pomerana. Por fim, temos as formas de expressão pomeranas que são as manifestações inseridas nos diversos ritos da cultura, ressaltando o casamento, a páscoa e a própria língua pomerana – a forma de expressão mais particular dos pomeranos e seu principal bem cultural.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

3.1. LOCALIZAÇÃO

As populações descendentes de Pomeranos são encontrados principalmente nas regiões serranas da Mesorregião Centro Espírito-Santense e também na Mesorregião Noroeste Espírito-Santense. Na primeira, a população de origem pomerana pode ser encontrada nos seguintes municípios, dispostos à frente.

O Município de Afonso Cláudio possui uma área de 951,419 Km² e está situado na microrregião de Afonso Cláudio. Seus limites são estabelecidos com os municípios de Laranja da Terra e Itarana na porção norte, com Santa Maria de Jetibá, na parte leste, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e Conceição do Castelo do lado sul e, por fim, Brejetuba e com o estado de Minas Gerais na porção noroeste. Em Afonso Cláudio são encontradas populações de origem pomerana nos povoados de Serra Pelada e Mata Fria.

O Município de Laranja da Terra possui uma área de 458,369 Km² que estabelece limites com as áreas dos municípios de Baixo Guandu, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana e com o estado de Minas Gerais. Ele pertence à microrregião de Afonso Cláudio. Em Laranja da Terra, as populações de origem pomerana podem ser encontradas nos povoados de Vila de Laranja da Terra, Crisciuma, Picadão e no distrito sede.

O município de Itarana possui uma área de 298,760 Km² que, pertencente a microrregião de Santa Teresa, estabelece limite com as áreas dos municípios de Itaguaçu, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Afonso Claudio e Laranja da Terra. Em Itarana, as populações de descendência pomerana são encontradas nos povoados de Alto Jatibocas e Jatibocas.

O Município Itaguaçu possui uma área de 531,499 km² que faz limite com os municípios de Itarana, Santa Teresa, São Roque do Canaã, Colatina, Baixo Guandu e Laranja da Terra. Sua área pertence à microrregião de Santa Teresa. Em Itaguaçu, há descendentes de pomeranos no povoado de Palmeiras de Santa Joana e famílias dispersas no distrito sede.

O município de São Roque do Canaã possui uma área de 342,005 Km² que estabelece limites com os municípios de Colatina, Itaguaçu, João Neiva, Santa Teresa. Em São Roque do Canaã, a população de origem pomerana pode ser encontrada no povoado de Tancredinho.

O município de Santa Teresa possui uma área de 683,157Km² que estabelece limite

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

com a área dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã, Fundão, Ibirajuba João Neiva, Itarana e Itaguaçu. Em Santa Teresa, há descendentes de pomeranos nos povoados de Alto caldeirão, Serra dos Pregos, Rio Perdido, Vinte e Cinco de Julho.

O Município de Santa Maria de Jetibá possui uma área de 735,579 Km² que estabelece limites com os municípios de Santa Leopoldina, Santa Teresa, Itarana, Domingos Martins e Afonso Cláudio. Nesse município, a população de origem pomerana pode ser encontrada em quase toda a zona rural, mas principalmente nos povoados de Jequitibá, Alto Jetibá, Rio Claro, Caramuru 1, Caramuru 2, São Sebastião de Belém, Rio da Pedra e Rio Bonito.

Município de Domingos Martins possui uma área de 1228,353 Km² que estabelece limites com os municípios Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica, Viana, Marechal Floriano, Alfredo Chaves, Vargem Alta, Castelo, Venda Nova do Imigrante e Afonso Cláudio. A população de origem pomerana nesse município pode ser encontrada nos povoados de Melgaço, Melgacinho, Paraju, Rio Ponte, Tijuco Preto.

Na mesorregião noroeste espirito santense, a população de origem pomerana pode ser encontrada nos seguintes municípios discriminados abaixo.

Município de Pancas, que possui área de 829,937Km², e estabelece limite com os municípios de Alto Rio Novo, Mantenópolis e Águia Branca, na porção norte; com Colatina e Baixo Guandu, na parte sul, com São Domingos, na porção leste, e Resplendor a oeste. Em Pancas, a população de origem pomerana pode ser encontrada, principalmente, nos povoados de Laginha e no distrito sede.

O Município de São Gabriel da Palha possui uma área de 434,887Km² e estabelece limites com os municípios de Águia Branca, Nova Venécia, Vila Valério, São Domingos do Norte, São Mateus. Em São Gabriel da Palha, a população de origem pomerana pode ser encontrada, principalmente, no povoado de Córrego Bley.

Município de Vila Pavão possui uma área de 433,257Km² que estabelece limites com os municípios de Ecoporanga, Barra de São Francisco e Nova Venécia. Em Vila Pavão, população de origem pomerana é encontrada nos povoados de Praça Rica, Córrego Grande, Córrego da Peineira, Córrego da Lajinha, Rio XV, Córrego do Mutum, Córrego do Sossego, Córrego São Sebastião, Córrego do Estevão e no distrito sede.

Também pode ser encontrada população de origem pomerana no município de Governador Lindenberg, no próprio distrito sede. Governador Lindenberg possui uma área de 359,613 km² que estabelece limites com municípios de São Domingos do Norte, Linhares, Rio Bananal, Colatina e Marilândia.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

3.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O clima das mesorregiões do centro espírito-santense e do noroeste espírito-santense é tropical e tropical de altitude, com altas taxas pluviométricas, influenciado pela massa de ar tropical atlântica. Nas regiões de maior altitude, as áreas apresentam maiores taxas pluviométricas, em especial no oeste da mesorregião central do estado onde são encontradas taxas pluviométricas de cerca 2.300 mm de precipitação anual. No geral, o estado possui um verão mais chuvoso e um inverno mais seco, mas essa estação seca não é extrema e é comum ocorrer precipitações nesse período porém em menor quantidade. As temperaturas variam significativamente de acordo com a altitude. A temperatura média anual das baixadas não é superior a 22°C e, em áreas acima dos 600m, são encontradas temperaturas médias anuais inferiores a 18°C. O Espírito Santo sofre forte influência litorânea e nas serras do Castelo e do Caparaó, oeste da mesorregião centro espírito-santense, ocorrem temperaturas mais frias, com mínimas que podem chegar até -10 C.

A vegetação original da região é a mata atlântica, no entanto, hoje a maior parte da cobertura vegetal original deu lugar a plantações e pastagens. Na mesorregião do noroeste espírito-santense observa-se maior desmatamento que na região serrana do centro espírito-santense, isso ocorre, dentre outros fatores, devido à alta declividade das vertentes da região serrana, o que dificulta a ocupação agrícola e contribui para a recomposição das áreas de floresta.

O relevo do Espírito Santo é composto em sua maior porção por parte do planalto atlântico, onde são encontrados, principalmente, latossolos espessos nas baixadas e afloramentos de rochas ígneas intrusivas nas partes mais altas que originam picos em forma de pontões e pães de açúcar que se destacam na paisagem. Essas formações, no centro do estado, são partes do domínio geomorfológico da Mantiqueira setentrional e são caracterizadas como formações planálticas que possuem aspecto montanhoso fortemente dissecado, incluindo altitudes variadas dispostas geralmente em níveis altimétricos relacionados com as fases de dissecação comandadas pelos rios, adaptados às fraquezas litológicas e estruturais. No noroeste do estado, encontram-se estruturas geomorfológicas diferenciadas onde pode-se observar feições convexas ressaltando na paisagem, aguçadas em meio a grandes extensões de áreas aplanadas. Estas feições refletem diversos estágios de evolução do relevo comandados pela dinâmica fluvial.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

3.3. MARCOS EDIFICADOS

Casa de cultura de Domingos Martins, Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Domingos Martins, Museu do Colono em Santa Leopoldina, Sítio histórico de Santa Leopoldina, Residência Augusto Ruschi em Santa Teresa, Casa do Lambert em Santa Teresa, Capela Santa Luzia, em Santa Teresa, Igreja Matriz de Santa Tereza Ávila, em Santa Teresa, Museu Pomerano em Santa Maria de Jetibá, Museu Pomerano em Vila Pavão. Há patrimônio natural preservado como a Pedra da Agulha, os Pontões de Pancas, os Três Pontões de Laranja da Terra,

4. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

4.1. RESUMO

O grande fluxo de imigração europeia no século XIX foi um fenômeno intimamente ligado O grande fluxo de imigração europeia no século XIX foi um fenômeno intimamente ligado às transformações decorrentes da “Revolução industrial” que levaram a modificações na cidade e no campo, alterando radicalmente o sistema de relações sociais e produção (HOBSBAWM, 2009). Algumas famílias desses povos afetados pelo novo modo de vida imigraram para os Estados Unidos e Brasil. No Brasil, na primeira metade do século XIX, havia uma política governamental de “branqueamento” da população ocupação de áreas isoladas, incentivando a chegada de imigrantes de países europeus (IBA MENDES, 2011). No último quartel do século XIX, a cultura do café, em constante progresso, aliada à abolição da escravidão, exigiu um movimento migratório de vulto, o que incentivou a vinda de novos braços para a lavoura, nesse caso, a preferência foi pela vinda de italianos.

Segundo Spinassé, uma primeira tentativa de imigração alemã aconteceu no primeiro quartel do século XIX, mas não obteve êxito (SPINASSÉ, 2008). O imaginário em torno do Brasil e a possibilidade de uma vida de fartura, aliado às dificuldades encontradas na vida camponesa europeia no século XIX, estimulou a vinda dessas famílias de diversas localidades (DANIEL, 2011). Propagandistas do Brasil chegaram à Alemanha e fizeram acordos com as grandes empresas marítimas para o transporte de imigrantes e organizaram associações de imigração e colonização. O imperador do Brasil, da casa dos Habsburgos, deu preferência aos alemães, por sempre terem se mostrado bons trabalhadores e colonizadores. Quando D. Pedro I se casou com a princesa Leopoldina, foi influenciado por ela a procurar colonizar as terras brasileiras com imigrantes da

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Alemanha e da Áustria (GRANZOW, 2009).

Mais tarde, com a demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira, o governo brasileiro e os fazendeiros de café trouxeram italianos para trabalharem no país. Esse processo imigratório ocorreu de duas formas. Na maioria das vezes que o governo trazia os italianos, eles recebiam terras em colônias e tinham que paga-las depois, assim como foi com os pomeranos, mas quando eram trazidas pelos fazendeiros, as famílias italianas não recebiam terras para morarem e iam residir nas colônias nas fazendas cafeicultoras. Nesse último caso, o mais frequente era a ida para São Paulo. Esse foi um segundo momento da imigração para o Brasil no século XIX que se diferenciou bastante do que ocorreu com o pomeranos no Espírito Santo. Segundo Giralda Seyferth, os primeiros imigrantes chegaram ao Espírito Santo em meados do século XIX, sendo que a colônia de Santa Izabel foi fundada em 1847, próxima ao encontro dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Esses imigrantes eram da Alemanha, região da Renânia, Prússia, Hesse e Hunsrück (SEYFERTH, 2004). As famílias chegavam e iam se acomodando em pequenas vilas que formavam e assim que novos grupos atingiam as terras das serras, novos vilarejos eram constituídos. Com o passar das décadas, a imigração foi se expandindo para novas áreas e os imigrantes entraram ainda mais no território capixaba para fundarem outras vilas.

Os séculos XIX e XX assistiram um fluxo de alemães para várias regiões do Brasil. Movidos pela fuga das crises econômicas europeias e dificuldade de emprego e acesso a terra, os alemães fizeram da migração um meio concreto de superação das dificuldades. O encorajamento dos governos alemão e brasileiro também influenciou a imigração. A maior parte dos imigrantes alemães que aportou no Brasil seguiu o roteiro clássico da imigração: eram camponeses que perderam suas terras, ex-artesãos, trabalhadores livres, empreendedores em busca de novas oportunidades, perseguidos políticos e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Havia também os contratados por incentivos governamentais, tanto pelo governo brasileiro para trabalhos especializados, especialização intelectual, técnica, relacionada ao conhecimento militar, como para trabalhos subalternos em substituição aos escravos.

O incentivo à imigração alemã no Brasil remete a Dom João VI, foi mantido pelos imperadores Dom Pedro I e II e buscava a ocupação do território por meio de um povoamento europeu, com indícios de política de branqueamento. O Brasil era, no século XIX, um país vasto e com população essencialmente composta de negros, índios e mestiços, o que levava à elite branca, alinhada com o pensamento que posteriormente desaguou em Gobineau e inspirou o eugenismo, a buscar pela imigração um “melhoramento” racial do Brasil. Além disso, havia o intuito, também, de povoar regiões mais vulneráveis do país e com menor concentração populacional, especialmente

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

no sul do Brasil e região serrana capixaba.

A política imigratória imperial fazia parte de um imaginário relativo ao conceito de raça e às questões de miscigenação que encontrava eco nas diversas teorias acerca das raças criadas nos séculos XVIII e XIX. Esses pensadores que influenciaram essas políticas migratórias entendiam que os grupos mais puros e brancos eram superiores. Uma das ações empreendidas pelo governo imperial foi atrair novos povos “brancos” para colonizar as áreas pouco exploradas do país, aplaudidos pelos adeptos dessas teorias que sustentavam a ideia do “branqueamento” da população (REBELO, 2007). Uma intrincada rede de acordos envolvia a máquina de propaganda que buscava novos habitantes para os trópicos. Grandes empresas marítimas aliadas à formação de associações de imigração e colonização foram armas utilizadas por propagandistas do Brasil que, junto às difíceis condições de vida do campesinato europeu no século XIX, construíram a promessa de uma vida de fartura em território brasileiro. Isso estimulou a vinda de famílias de diversas localidades para nosso território (ANIEL, 2011). Além disso, preferências pessoais do Imperador Pedro II, da casa dos Habsburgos, influenciavam o desejo de investir prioritariamente na colonização alemã, já que os considerava bons trabalhadores e colonizadores. Anteriormente, sua mãe, Dona Leopoldina, buscou influenciar seu marido, D. Pedro I, para que este trouxesse austríacos e alemães para a colonização das vastas terras brasileiras.

No caso do Espírito Santo, a imigração se relacionou diretamente à colonização de terras, ocupação de espaços onde a sociedade nacional ainda não havia constituído propriedade privada e exploração econômica. A imigração no Espírito Santo iniciou-se no segundo quartel do século XIX. A colônia de Santa Izabel foi fundada em 1847, próxima ao encontro dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, como marco inicial desta ação colonizadora. A origem destes imigrantes remontava à Alemanha, região da Renânia, Prússia, Hesse e Hunsrück. A organização em pequenas vilas espalhou as famílias. Cada grupo que chegava ocupava, principalmente, a região serrana capixaba onde cada vez mais novos vilarejos eram constituídos. A partir dessa primeira ocupação das serras houve a expansão da imigração para outras regiões mais ao norte e oeste para fundarem outras vilas.

Os pomeranos entraram no Brasil com passaporte alemão e foram computados em números, na maioria dos casos, como imigrantes vindos da Alemanha. A imigração alemã no Espírito Santo chegou a um total de quatro mil e doze imigrantes. Três mil novecentos e trinta e três chegaram durante o século XIX e apenas setenta e nove no século XX. Em percentual, observamos que dos alemães imigrados para o Espírito Santo, 63% eram oriundos da Pomerânia, 7% da Renânia e 7% de Hesse, 6% da Prússia e 6% da Saxônia, 3% de Westphalia, 2% de Braden e 2%

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

de Brandenburg e 1% da Baviera. Os pomeranos que vieram para o Brasil eram, principalmente, das cidades de Belgard, Greifenberg, Kolberg (Kołobrzeg), Kowak, Labes (Lobez) e Regenwald, parte oriental da província. Essa região sempre foi disputada entre alemães e poloneses e, após a II Guerra Mundial, passou a fazer parte da Polônia.

Assim, os principais imigrantes alemães que chegaram ao Espírito Santo eram, na verdade, de origem pomerana. Os pomeranos são um povo proveniente de uma região que fica entre a Alemanha e a Polônia, área de interinfluência cultural, que criou uma cultura muito particular. As tentadoras ofertas recebidas pelas populações chamadas a imigrar não continham as informações da dureza das condições de vida, com a resistência dos povos originários, doenças, clima, a mata, etc. (KRUGER, 2009/2010). Esses imigrantes começaram a chegar ao estado no ano de 1857 e logo iniciaram movimento de colonização da região. Onde hoje é Santa Leopoldina foi primeira colônia reconhecidamente composta por imigrantes quase que exclusivamente da Pomerânia. A expansão se deu de Santa Leopoldina, ponto inicial onde aportaram em canoas, e foi penetrando as áreas ainda selvagens até onde o governo imperial determinou sua instalação. O governo destinou à colonização as terras onde hoje está Santa Maria de Jetibá. O estado brasileiro forneceu animais e os lotes de terra, exigindo, no entanto, o pagamento do valor investido em até quatro anos, incluindo a passagem no contrato (KRUGER, 2009/2010). A partir da chegada de novos colonos, a expansão da ocupação pomerana se deu a oeste e norte da localidade original, se espalhando para onde hoje estão outros municípios como: Laranja da Terra, Vila Pavão, Domingos Martins, Pancas, Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Vila Valério, Santa Teresa, São Gabriel da Palha, Colatina, Marechal Floriano, São Roque do Canaã, Governador Lindenberg. Isso levou a formação de uma rede de cultura pomerana que até hoje se percebe nas cidades serranas capixabas. Há uma rica manutenção de tradições que ocupam toda a vida da sociedade local, desde o cultivo da terra até a língua, passando por ritos religiosos que tinham na religião luterana um elemento de união.

No Museu da Imigração Pomerana, em Santa Maria de Jetibá, há uma imagem da planta dos lotes que foram destinados aos pomeranos. Eles se dispunham às margens dos córregos e rios da região. Porém, a realidade entre o que estava na planta e os que os pomeranos receberam foi muito diferente. Muitas vezes, os funcionários do governo não demarcavam corretamente os lotes e algumas famílias receberam porções muito pequenas de terra. Mais tarde, depois dessa primeira demarcação, novas levas de migrantes foram chegando e se espalharam para outros municípios, a oeste e sul de Santa Maria de Jetibá e, nas primeiras décadas do século XX, para noroeste, mas nesse caso já em uma tentativa de melhora nas condições de vida e por

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

conta própria.

A ocupação das terras serranas capixabas se deu então pela presença do elemento pomerano, juntamente com o alemão, suíço, italiano e polonês. Esse emaranhado de culturas constituiu o que hoje se pode presenciar nas cidades serranas: um conjunto cultural repleto de tradições que constroem e permeiam cotidianamente a vida desses grupos descendentes de imigrantes. O cultivo da terra, os ritos e crenças e a característica da língua uniram alguns grupos que comungavam das mesmas vivências, problemas e questões e ao mesmo tempo distanciaram outros que não vivam as mesmas influências. A religião luterana os unia, mas a origem pomerana os diferenciava, sendo a língua o principal fator de distanciamento.

O número de imigrantes de origem pomerana e alemã que chegaram ao Espírito Santo é reduzido em comparação com o que aportaram no Rio Grande do Sul, por exemplo, porém a colonização no estado conseguiu uma especialização que torna o Espírito Santo um eixo fundamental para a compreensão do impacto da imigração no país. O número relativamente reduzido que imigrou para o Espírito Santo a partir do ano de 1847 se multiplicou e deu origem a uma quantidade considerável de descendentes, podendo ser estimado que cerca de 4% da população do estado em 1930, cerca de trinta mil pessoas, eram descendentes de alemães. Em 1961 esse número saltou para 5% da população do estado (cerca de setenta mil pessoas) (IBGE, 2013).

Se a imigração era bem-vista até os primeiros anos do século XX, este quadro mudou com o crescimento dos movimentos nacionalistas. No Brasil, logo após a primeira Grande Guerra, o resultado da ampliação dos movimentos nacionalistas que se opunham a vinda de mais imigrantes, criam organizações como a Associação dos Amigos de Alberto Torres que, em nome da defesa do trabalhador brasileiro, criticava o governo pela suposta permissividade com a imigração, especialmente a europeia. Os europeus passaram de grande esperança da elite nacional, em fins do século XIX, a párias, perdendo o papel de protagonistas do avanço civilizatório do Brasil e passando a ser vistos como intrusos que ocupavam o lugar do brasileiro nato no mundo do trabalho. Além disso, a ascensão social de algumas famílias de imigrantes em comparação com o quadro grave de crise econômica que o país atravessava praticamente desde os anos finais do século XIX ampliava o sentimento popular de espoliação. Esse sentimento foi auxiliado por movimentos políticos e pela própria elite, que passou a ver os imigrantes que ascendiam socialmente como concorrentes. E isso foi catalisado no parlamento pela criação de diversas leis como a Lei Adolfo Gordo, conhecida como “Lei dos Indesejáveis” de 1907, para regulamentar a

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

vinda de imigrantes (OLIVEIRA, 2011).

Na década de 1920, dois decretos marcantes para a regulação da imigração levam à sanção da lei nº 4.247, de 1921 e da lei nº 16.761, de 1924. A primeira dava ao Governo Federal o direito de rechaçar e negar o acesso a toda mulher que supostamente fosse identificada como prostituta e expulsar todo estrangeiro que carregasse alguma moléstia ou fosse suspeito de qualquer atentado cometido fora do território nacional “contra a vida, a saúde, a propriedade ou a fé pública”. A lei nº 16.761, de 1924, regulamentou definitivamente a lei nº 4247/1921, proibindo de vez a entrada no território nacional de imigrantes (passageiros de 2ª e 3ª classes) nos casos citados na lei de 1921.

Ainda assim, apenas após a crise de 1929, o ataque aos imigrantes tomou forma de política oficial ampla. Até este período, o Brasil era um polo de atração de imigrantes. Com a quebra da bolsa de Nova York e o baque na economia brasileira, ocasionado pelos efeitos danosos na política agro exportadora do país, especialmente na lavoura cafeeira, intensificou-se o processo de industrialização brasileira. Com isso, a chegada de grandes contingentes populacionais de migrantes, mão de obra nordestina, e imigrantes europeus. O fluxo de mão de obra europeia já estava em declínio, porém continuou intenso nos primeiros anos do século XX e isto levou a um conflito entre os migrantes brasileiros e imigrantes europeus em busca de emprego.

Com a revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o ritmo de industrialização se intensificou pela intervenção direta do estado na busca de modernização do país. O Brasil saltava de um caráter econômico basicamente agrário exportador para veloz processo de industrialização. Mesmo com a ampla industrialização a oferta de empregos não absorvia toda mão de obra disponível pelas indústrias do sudeste. Não havia vagas suficientes para absorver os migrantes brasileiros e também os imigrantes europeus. Para resolver o problema a saída oficial foi a de barrar a chegada de imigrantes para resguardar a mão de obra nacional.

As leis de imigração da Revolução de 1930 inicialmente tinham um caráter especificamente de regulamentação do mercado de trabalho. Apenas após a constituição de 1934 as leis começam a mudar seu caráter e a seguir a política nacionalista de Getúlio Vargas que no decreto nº 19.482 limitava a entrada em território nacional de imigrantes de terceira classe em prol da proteção pelo estado do trabalhador nacional citando “a situação de desemprego como uma preocupação da sociedade”. O decreto ainda acrescentava que as autoridades consulares só aceitassem estrangeiros cuja vinda tivesse sido solicitada por interventores federais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exclusiva necessidade dos serviços agrícolas ou atendendo

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

aos "bilhetes de chamada" para adentrar o Brasil (BRASIL, 1930). O uso dos "bilhetes" ou "cartas de chamada" era um meio de entrada no país que exigia aprovação das autoridades consulares, facilitada no caso da entrada no país de agricultores. Com esses "bilhetes" ou "cartas de chamada" a entrada ficava mais fácil, pois os estrangeiros pretendendo ser agricultores recebiam o aval de estrangeiros já residentes e com raízes fincadas no país ao serem chamados por eles ou por associações, empresas ou companhias, que satisfizerem os requisitos do decreto nº 16761, de 31 de dezembro de 1924 e que se responsabilizavam por dar ao imigrante colocação certa e comprovada. O decreto nº 19.482 ainda previa que dois terços dos empregos em empresas nacionais deveriam ser reservadas para o trabalhador brasileiro e por isso ficou conhecida com a Lei dos Dois Terços.

Ainda em 1930, o governo criou um departamento especializado e exclusivamente para a questão da imigração. A criação da Lei de Cotas de Imigração na constituição de 1934 e reforçada em 1937, limitava o número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente. Este número não podia, não exceder o limite anual de dois por cento do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil entre primeiro de janeiro de 1884 e trinta e um de dezembro de 1933. Com isso se passou a exercer um férreo controle da entrada de estrangeiros, além de termos em mãos uma explicação para a drástica redução da entrada de estrangeiros no Brasil nos primeiros anos do século XX. Essa lei não foi aplicada aos portugueses, cuja entrada permaneceu livre.

Outro aspecto da Lei de Cotas foi a restrição ideológica para o imigrante. Qualquer registro sobre simpatia ou engajamento do indivíduo estrangeiro aos movimentos sindicais anarquistas ou comunistas impedia a entrada deste ao país. Outro aspecto da lei era a restrição laboral, oitenta por cento das pessoas aceitas eram obrigadas a trabalhar na zona rural.

A fundação durante o Estado Novo do Departamento Nacional de Imigração (1938), a Delegacia dos Estrangeiros (1941) e a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira (1944) ampliou a restrição à entrada de estrangeiros no país, como também a fiscalização da residência dos que aqui estavam. Vargas também incluiu na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de 1943, reforços à Lei do Dois Terços em artigos que reservavam vagas para brasileiros nas empresas, dando um status especial aos imigrantes portugueses, considerados coirmãos.

Os descendentes de pomeranos no Espírito Santo sofreram grande impacto no período da segunda guerra mundial. Intensificou-se no país uma perseguição feroz aos descendentes dos países componentes do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), principalmente, aos

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

alemães. Assim, os pomeranos confundidos com alemães foram perseguidos e isso aumentou uma tendência de reclusão das comunidades imigrantes pomeranas.

A implantação pelo governo Vargas de medidas que impediam publicações, imprensa e ensino em língua estrangeira obedecia a objetivos geopolíticos de acomodação com as potências que combatiam os países do eixo, em especial a Alemanha nazista e tinham também conteúdo de redução do perigo de existência de espiões no interior, nas comunidades de imigrantes (ALVES, 2008). Estas medidas tiveram profundo impacto nas comunidades Pomeranas. Perseguidos por “bate-paus” (SOUZA, 2013) que além da agressão física, em alguns casos com ocorrência de mortes, roubavam bens e víveres, os pomeranos intensificaram um modelo de isolamento que já ocorria pelas suas características culturais, religiosas e linguísticas. Tidos como simpatizantes da Alemanha nazista apenas por sua aparência, língua e religião, os pomeranos eram vistos como alemães e sofriam violências físicas e psicológicas que refletiram no uso da língua pomerana e alemã em seu cotidiano. Tudo o que continha textos em alemão (lápides, Bíblias) era queimado ou destruído, inclusive em cemitérios e igrejas. Os pomeranos falavam a língua pomerana cotidianamente e o alemão nas liturgias religiosas. Faziam o catecismo em alemão, liam a bíblia em alemão e com isso eram vistos pelos brasileiros como alemães e, portanto, como inimigos, principalmente, por causa da propaganda e política oficial contrárias a esse grupo.

A organização dos Pomeranos nos diversos municípios que se originaram das primeiras colônias sofreu transformações no século XX. Colatina, Afonso Claudio, Santa Leopoldina, Santa Tereza e Domingos Martins foram os primeiros municípios onde os pomeranos residiram e estes foram se dividindo posteriormente em diversas outras cidades. Itaguaçu se separou de Afonso Cláudio em 1921. Baixo Guandu separou-se de Colatina em 1938. A elevação de Pancas ao status de município se deu pela lei estadual nº 1837 de vinte e um de fevereiro de 1963, quando foi definitivamente desmembrado de Colatina, levando consigo três distritos: Pancas, Alto Rio Novo e Lajinha. A criação do município de São Gabriel da Palha também se deu com a lei nº 1837 de vinte e um de fevereiro de 1963, com território desmembrado do município de Colatina. Itarana se emancipou de Afonso Cláudio em treze de dezembro de 1963. Em 1988, Laranja da Terra foi elevada à categoria de município, emancipando-se de Afonso Cláudio. Santa Maria de Jetibá emancipou-se de Santa Leopoldina em seis de maio de 1988. Marechal Floriano fazia parte de Domingos Martins e em trinta e um de outubro de 1991 se emancipou. A emancipação de Vila Pavão, desmembrada de Nova Venécia, foi em dezesseis de janeiro de 1991. O município de Vila Valério foi criado pela lei estadual nº 4892 de vinte e oito de março de 1994 que desmembrou os municípios de São Gabriel da Palha e Linhares. A elevação do povoado de São Roque a distrito de

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Santa Tereza se deu através da lei estadual nº 137/8 de dois de setembro de 1982 e sua emancipação ocorreu após um plebiscito em vinte e cinco de junho de 1995 quando a população se decidiu pela aprovação da criação do município de São Roque do Canaã. Em 1998 Governador Lindenberg se emancipou de Colatina.

No fim da década de 1960, iniciou-se um processo de migração interna dos descendentes de pomeranos. Eles seguiram o programa de colonização realizado pelo regime militar após 1964 que buscava ampliar a ocupação de terras amazônicas (BINSZTOK, 2009). Essa colonização se iniciou em torno de 1969 e teve bastante efeito na reorganização da ocupação de descendentes de pomeranos do sul do país e do Espírito Santo (JACOB, 2011) que migraram para a região norte, especialmente Rondônia, onde Espigão do Oeste tem o maior número de pomeranos fora do Sul e do Espírito Santo. Esta migração interna durou até meados dos anos 1980 e teve profundo impacto demográfico em várias cidades capixabas onde residiam os pomeranos e seus descendentes. Vila Pavão, por exemplo, perdeu cerca de 40% de sua população no decorrer deste período.

Nos anos 1990, iniciou-se a organização dos pomeranos em busca de reconhecimento de seu status de população com cultura própria, com especificidades linguísticas e culturais. No início dos anos 2000, essa busca de organização se transformou em associações, como a APOP – Associação Pomerana de Pancas, que se organiza a partir da resistência à remoção de colonos que viviam onde, em 2002, foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A APOP tornou-se formalmente uma associação em 2009, porém atua desde o fim dos anos 1990. O decreto presidencial de nº 6040 em 2007 da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais teve profunda influência na instituição, já que houve o reconhecimento dos pomeranos como povo de cultura tradicional. Ainda dentro do processo de conquista desse reconhecimento das especificidades da cultura tradicional pomerana, a língua pomerana foi co-oficializada em Santa Maria de Jetibá, o PROEPO – Projeto de Educação Pomerana que ensina pomerano nas escolas do Ensino Básico foi colocado em prática em cinco cidades capixabas cuja população é de matriz pomerana.

4.2. CRONOLOGIA	
DATA	EVENTO
Século XIX	Revolução Industrial na Europa

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

1824	Vinda dos primeiros alemães para o Brasil, no RS
1847	Fundação da colônia de Santa Isabel
1857	Pomeranos chegaram ao ES
1888	Abolição da escravidão
1889	Proclamação da república
1917	Primeira guerra mundial
1930	Revolução de 1930 – Vargas sobe ao poder
1937	Início do Estado Novo que perseguiu os pomeranos
1939-1945	Segunda guerra mundial, pomeranos foram perseguidos.
Anos de 1970	Aumento das escolas que atendem os pomeranos, com aulas em português
Anos 2000	Valorização da cultura pomerana.

5. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

5.1. POPULAÇÃO
Afonso Claudio possui uma população de 31.091 habitantes e uma densidade demográfica de 32,57 habitantes por Km². O município de Laranja da Terra possui uma população de 10.826 habitantes e uma densidade demográfica de 23,69 habitantes por Km². O município de Itarana possui uma população de 10.881 habitantes e uma densidade demográfica de 36,38 habitantes por Km². Itaguaçu possui uma população de 14.134 habitantes e uma densidade demográfica de 26,65 habitantes por km². São Roque do Canaã possui 11.273 habitantes e uma densidade demográfica de 32,92 habitantes por Km². O município de Santa Teresa possui 21823 habitantes e uma densidade demográfica de 31,42 habitantes por Km². O município de Santa Maria de Jetibá possui população de 34176 habitantes e uma densidade demográfica de 46,46 habitantes por km². O município de Domingos Martins possui 31847 habitantes e uma densidade demográfica de 25,99 habitantes por Km². O município de Pancas possui 21.548 habitantes e uma densidade demográfica de 26,16 habitantes por Km². O município de São Gabriel da palha possui uma população de 31.859 habitantes e uma densidade demográfica de 73,61 habitantes por km². O município de Vila Pavão possui uma população de 8672 habitantes e uma densidade demográfica de 20,04 habitantes por Km². O município de Governador Lindemberg possui uma população de 10869 habitantes e uma densidade demográfica de 30,22 habitantes por km². Os índices foram baseados nos dados do IBGE 2010, disponível no site do órgão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

5.2. QUALIDADE DE VIDA

Afonso Claudio possui dezenove estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,717 médio PNUD 2000. O município de Laranja da Terra possui oito estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,719 médio PNUD 2000. Itarana possui onze estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e índice de desenvolvimento humano de 0,741 médio PNUD 2000. Itaguaçu possui quinze estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e tem um índice de desenvolvimento humano de 0,748 médio PNUD 2000. O Município de São Roque do Canaã possui oito estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS, o município apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,751 médio PNUD 2000. O Município de Santa Teresa possui onze estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS, com um índice de desenvolvimento humano de 0,789 médio PNUD 2000. O Município de Santa Maria de Jetibá possui dezoito estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,724 médio PNUD 2000. O Município de Domingos Martins possui vinte estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,736 médio PNUD 2000. Pancas possui quatorze estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS e um índice de desenvolvimento humano de 0,667 médio PNUD 2000. O Município São Gabriel da Palha possui vinte e um estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS, o município apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,742 médio PNUD 2000. O Município Vila Pavão possui cinco estabelecimentos de saúde que atendem pelo SUS, o município apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,688 médio PNUD 2000. O Município Governador Lindenberg possui onze estabelecimentos de Saúde. O município apresenta um índice de desenvolvimento humano de 0,747 médio PNUD 2000. As informações foram retiradas dos dados do IBGE 2010, disponíveis no site do órgão. A partir dos dados, podemos observar que os índices de desenvolvimento humano são razoavelmente equiparados, com exceção de Pancas e Vila Pavão que possuem os menores números.

5.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

No município de Afonso Claudio o PiB per capita é de 7.855,13 reais, dos 31.091 habitantes residentes 3743 pessoas se encontram ocupadas. Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio na área rural é de 1.322,27 reais e na área urbana é de 1.784,10 reais. O município de Laranja da terra apresenta o PIB per capita a preços correntes de 7.493,56 reais. Dos 10.826 habitantes 943

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

encontram-se em alguma ocupação econômica O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1.150,05 reais e na área urbana é de 1483,93 reais.O município de Itarana apresenta o PIB per capita a preços correntes de 9539,78 reais. Dos 10881 habitantes 1162 encontram-se em alguma ocupação econômica O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1721,45 reais e na área urbana é de 2302,83 reais. O município de Itaguaçu apresenta o PIB per capita a preços correntes de 10032,69 reais. Dos 14134 habitantes 1630 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1350,68 reais e na área urbana é de 1755,46 reais. O município de São Rock do Canaã apresenta o PIB per capita a preços correntes de 7946,20 reais. Dos 11273 habitantes 2411 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de reais e na área urbana é de 1924,50 reais. O município de Santa Teresa apresenta o PIB per capita a preços correntes de 10721,35 reais. Dos 21823 habitantes 4730 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 2004,79 reais e na área urbana é de 2507,80 reais. O município de Santa Maria do Jetibá apresenta o PIB per capita a preços correntes de 16560,86 reais. Dos 34176 habitantes 5017 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1917,34 reais e na área urbana é de 2356,93 reais. O município de Domingo Martins apresenta o PIB per capita a preços correntes de 10588,83 reais. Dos 31847 habitantes 4921 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1504,31 reais e na área urbana é de 2613,64 reais. O município de Pancas apresenta o PIB per capita a preços correntes de 6548,28 reais. Dos 21548 habitantes 1937 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1229,53 reais e na área urbana é de 1806,93 reais. O município de São Gabriel da Palha apresenta o PIB per capita a preços correntes de 9438,33 reais. Dos 31859 habitantes 9492 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1264,38 reais e na área urbana é de 2867,92 reais. O município de Vila Pavão apresenta o PIB per capita a preços correntes de 12800,94 reais. Dos 8672 habitantes 1317 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1170,19 reais e na área urbana é de 1853,77 reais. O município de Governador

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

Lindenberg apresenta o PIB per capita a preços correntes de 8642,26 reais. Dos 10869 habitantes 1184 encontram-se em alguma ocupação econômica. O valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes na área rural é de 1615,38 reais e na área urbana é de 1816,40 reais. De acordo com os dados do IBGE

5.4. EDUCAÇÃO

Em Afonso Claudio 7.511 residentes freqüentam creche ou escola sendo que o município registrou em 2009 4.258 matrículas no ensino fundamental e 1.001 matrículas no ensino médio. O município registra um total 24.669 pessoas alfabetizada. No município de Laranja da Terra 2625 residentes freqüentam creche ou escola sendo que o município registrou em 2009 1480 matrículas no ensino fundamental e 437 matrículas no ensino médio. O município registra um total 8930 pessoas alfabetizada. Em Itarana 2615 residentes freqüentam creche ou escola sendo que o município registrou em 2009 1531 matrículas no ensino fundamental e 369 matrículas no ensino médio. O município registra um total 9316 pessoas alfabetizada. Em Itaguaçu 3270 residentes frequentam creche ou escola, sendo que o município registrou em 2009 1952 matrículas no ensino fundamental e 519 matrículas no ensino médio. O município registra um total 11525 pessoas alfabetizadas. Em São Rock do Canaã 2792 residentes frequentam creche ou escola,sendo que o município registrou em 2009 1582 matrículas no ensino fundamental e 387 matrículas no ensino médio. O município registra um total 9561 pessoas alfabetizada. Em Santa Teresa 5380 residentes frequentam creche ou escola,sendo que o município registrou em 2009 3140 matrículas no ensino fundamental e 1030 matrículas no ensino médio. O município registra um total 18459 pessoas alfabetizada. . Em Santa Maria de Jetibá 8918 residentes frequentam creche ou escola,sendo que o município registrou em 2009 5379 matrículas no ensino fundamental e 1086 matrículas no ensino médio. O município registra um total 28306 pessoas alfabetizada. Em Domingos Martins 7924 residentes freqüentam creche ou escola,sendo que o município registrou em 2009 5180 matrículas no ensino fundamental e 1074 matrículas no ensino médio. O município registra um total 26635 pessoas alfabetizadas. . Em Pancas 6608 residentes frequentam creche ou escola, sendo que o município registrou em 2009 3014 matrículas no ensino fundamental e 797 matrículas no ensino médio. O município registra um total 16703 pessoas alfabetizadas. Em São Gabriel da Palha 8066 residentes freqüentam creche ou escola,sendo que o município registrou em 2009 4473 matrículas no ensino fundamental e 1249 matrículas no ensino médio. O município registra um total 26445 pessoas alfabetizadas. Em Vila Pavão 2219 residentes frequentam creche ou escola, sendo que o município registrou, em 2009, 1386 matrículas no ensino fundamental e 461 matrículas no ensino médio. O

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

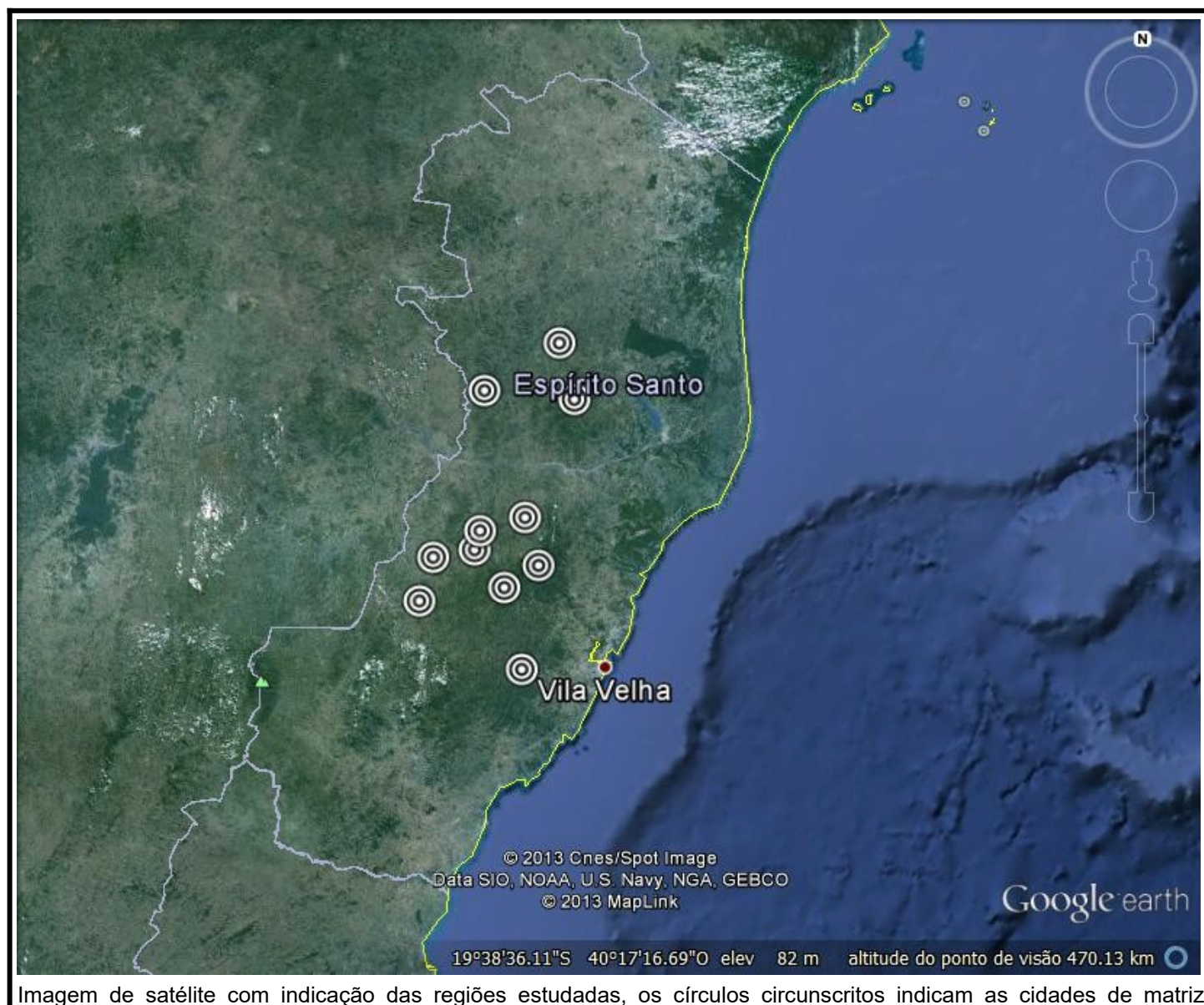
--

--

F10

--

município registra um total 6933 pessoas alfabetizadas. Em Governador Lindenberg, 2713 residentes frequentam creche ou escola, sendo que o município registrou em 2009 1507 matrículas no ensino fundamental e 495 matrículas no ensino médio. O município registra um total 8912 pessoas alfabetizadas. De acordo com os dados das últimas coletas do IBGE. Os municípios de Santa Maria de Jetibá, Laranja da Terra, Domingos Martins, Pancas e Vila Pavão participam do PROEPO – Projeto de Educação Pomerana desde que foi criado e instalado, em 2005-6, nas escolas do ensino básico, especialmente, nas regiões rurais habitadas por brasileiros de matriz pomerana. Foram contemplados 674 alunos no ensino infantil e 1809 no ensino fundamental (KUSTER, 2008)..

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

--

--

--

F10

--

pomerana.

Fonte: Google Earth (adaptações nossas)



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO

--

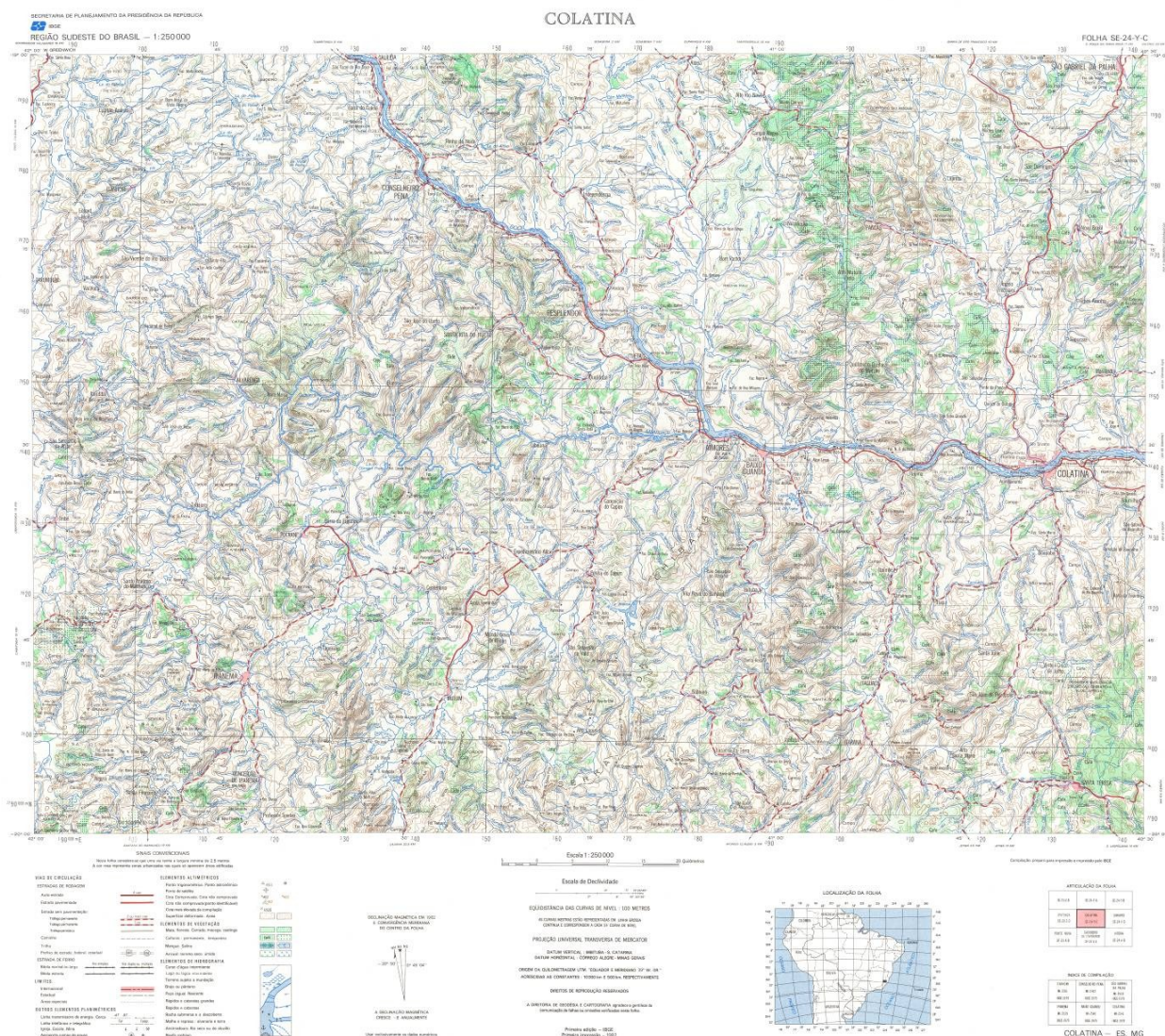
--

--

--

F10

--



7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Decreto federal nº 6040 - povos tradicionais, PEC 11 de 2009, Lei Complementar nº 391 publicada no Diário Oficial de 10 de maio de 2007, Lei nº 11686 de 2 de junho de 2008, Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Observamos que os pomeranos são um grupo muito coeso culturalmente e que manifestam suas tradições e vivenciam suas referências culturais cotidianamente. Essas referências culturais pomeranas estão consolidadas no cotidiano das comunidades, com exceção de algumas manifestações que deixaram de existir por terem perdido o sentido prático, como a caixa de cobras. Observamos durante a pesquisa que, apesar da coesão, há um grupo pomerano acadêmico, já urbano, que questiona as experiências e depoimentos dos camponeses e afirma que muitas das tradições vivenciadas por eles são adaptações que modificaram as características originais da cultura pomerana e incorrem em erro.

Durante o trabalho, inventariamos diversas referências culturais e observamos que, em todas as cidades, as pessoas, famílias ou grupos que conversamos contaram histórias e descreviam comportamentos, rituais, crenças e formas de expressão muito similares, só mudavam os personagens e os lugares. As famílias pomeranas vivenciaram histórias muito semelhantes e pudemos observar que viveram no Brasil segundo os mesmos parâmetros. O processo de adaptação dessas famílias ocorreu, espontaneamente, de maneira muito similar em cada região capixaba. Compreendemos que isso ocorreu porque entre eles há um compartilhamento das experiências e um convívio familiar que ultrapassava as fronteiras das cidades onde moram, indicando que havia e há um fluxo de movimentação, comunicação e visitas entre as famílias. Isso trouxe certa facilidade para o trabalho de campo porque os entrevistados conheciam e indicavam novos entrevistados nos municípios que a equipe ia.

Um problema observado é que, atualmente, há uma tendência em se modificar essa formação cultural consolidada por meio do convívio e troca com outros grupos culturais e do bombardeio de informações a partir da televisão e da internet. Por outro lado, a internet é um meio de divulgação da história e dos saberes pomeranos, especialmente, por meio de sites de relacionamento como o *Facebook* que tem páginas e grupos sobre a cultura pomerana.

É importante que haja uma valorização dos costumes pomeranos e se promova ainda mais esse compartilhamento tradicional de informações para que se perpetuem as referências culturais pomeranas.

8.2. RECOMENDAÇÕES

Recomendamos a identificação do casamento pomerano, como celebração, seu registro como patrimônio nacional, a identificação dos benzedores como ofício, da confirmação como celebração,

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--
--------------------------------------	----	----	----	----	------------	----

do concertinista como ofício, o brote como modo de fazer, os rituais fúnebres como uma forma de expressão e, por fim, a linguça, como ofício ou modo de fazer, esta última, com o intuito de ser protegida das proibições da vigilância sanitária, um entrave à vivência da manifestação cultural por parte dos pomeranos. A língua pomerana deve também ser registrada para que possa ser salvaguardada e os atuais projetos de educação pomerana possam receber mais incentivos.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O **ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA**.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	Não
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	Sim
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	Sim
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Sim
ANEXO 4: CONTATOS	Sim
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Sim

10. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Diovani Favoreto Fernando da Silva França Gilson Moura Henrique Junior Liliane Faria Corrêa Pinto Luciano Faria Corrêa Lima Luzimar Paulo Pereira Nivaldo Santos Tatiana Bicalho	
SUPERVISOR	Liliane Faria Corrêa Pinto	
PREENCHIDO POR	Liliane Faria Corrêa Pinto Luciano Faria Corrêa Lima Luzimar Paulo Pereira	DATA 14/06/2013
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Liliane Faria Corrêa Pinto	